

HEGEMONIA E GUERRA NO PLANO INTERNACIONAL NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

Resumo: a partir de uma abordagem gramsciana, objetiva-se responder à seguinte questão: a ênfase no consenso presente especificamente no conceito de hegemonia inviabiliza uma relação, um ponto em comum com a noção de guerra fortemente associada à coerção? A hipótese sustentada é que a guerra está presente na hegemonia. Na perspectiva gramsciana, toda ação política aspira à hegemonia, ainda que a consecução da mesma não tenha ocorrido. Assim, toda ação política enseja a existência de uma hegemonia enquanto concepção de mundo, ainda que tal ação seja pautada por uma perspectiva associada fortemente à força, à coerção.

Palavras-chave: Hegemonia. Guerra. Jacobinismo. Hegemonia incompleta.

Abstract: taking into account a Gramscian approach, our aim is to answer the following question: does the emphasis on specifically this consensus in hegemony prevents a relationship, a point in common with the notion of war, strongly associated with coercion? The hypothesis is that the war is present in hegemony. In Gramscian perspective, every political action aspires to hegemony, even though the same has not occurred yet in the moment of the same action. Thus, every political action entails the existence of a hegemony as a world conception, even if such action is guided by a perspective strongly associated by force, coercion.

Keywords: Hegemony. War. Jacobinism. Incomplete Hegemony.

1 Introdução

O objetivo do texto é uma breve abordagem da relação entre guerra e hegemonia no além-fronteiras nos escritos pré-carcerários e carcerários de Antonio Gramsci, contemplando resultados embrionários sobre pesquisa envolvendo a temática internacional e a obra de Antonio Gramsci. Para tal, efetuou-se o seguinte percurso: uma breve apresentação conceitual, bem como do problema e de uma hipótese; posteriormente, mostra-se o nexos entre hegemonia e guerra justamente em uma perspectiva basilar para Gramsci: aquela do jacobinismo e da Revolução Francesa; e, por fim, conclusões que resumem os principais argumentos e sugerem caminhos para ulterior desenvolvimento da pesquisa.

2 Hegemonia na acepção de Gramsci

O tema da hegemonia na acepção gramsciana é, por vezes, confinado exclusivamente ao domínio do consenso.¹ É comum subestimar ou ignorar a unidade orgânica entre força e consenso presente nesta categoria, justificável, acima de tudo, pelo recurso de Gramsci à metáfora do centauro

maquiaveliano. Não existe centauro sem a parte humana e sem o componente férico, um ponto esquecido ao se tratar de tal categoria gramsciana; e, por extensão, não há força sem consenso e não há consenso sem força; assim, coloca-se o imperativo de definir a hegemonia no sentido gramsciano no nexos do plano nacional com aquele no além-fronteiras.

Como primado do consenso sobre a força que pauta uma visão de mundo de um grupo, classe ou fração de classe sobre outrem nos âmbitos ético-político, moral, intelectual, econômico, cultural, social, dentre outros aspectos, a hegemonia no plano internacional não é uma mera reprodução daquela do plano interno dos Estados. Ela segue logicamente a produção da vida no âmbito endógeno dos Estados em suas relações sociais fundamentais, caracterizada pela direção nos mais diferentes aspectos de um grupo ou fração de classes sobre outros internacionalmente. A hegemonia gramsciana vai muito além do tradicional sentido do poderio militar e econômico predominante normal e tradicionalmente sugerido pela maioria dos enfoques teóricos de Relações

Internacionais. Ao contrário do que pode parecer, hegemonia no sentido gramsciano não é sinônimo de dominação, preponderância, unanimidade ou sentido similar. A categoria em pauta se caracteriza pelo predomínio do consenso em perspectiva dialética de unidade entre força e consenso, consenso e força sem que um dos dois componentes possa estar ausente. A já mencionada unidade entre a parte férica e humana do centauro maquiaveliano, figura emblemática e cara a Gramsci na formação de seu pensamento, simboliza este nexos indissociável presente no arcabouço conceitual do comunista italiano. Se o exercício normal da hegemonia no dizer do autor italiano está associado ao predomínio do consenso, isto não significa que se trate de uma perspectiva unânime, sem fissuras no modo como uma sociedade civil é dirigida em seu interior por um grupo ou classe. Há conflitos, contradições ainda que uma perspectiva de mundo dirigente de outrem seja tomada pelos grupos subalternos como sendo sua própria na perspectiva do exercício da hegemonia. É neste sentido que a construção do consenso hegemônico não deve ser entendida como unanimidade ou manifestação de uma visão de mundo de modo monolítico, uniforme. A hegemonia como concepção de mundo permeia a organização da vida social nos seus aspectos mais amplos e restritos, moleculares. A nascente hegemonia norte-americana analisada no âmbito da emergência do fordismo (GRAMSCI, 1975) como um verdadeiro modo de vida (muito mais que um modelo de gestão) nos anos 1920 e 1930, com consequências até para a vida sexual de todos os indivíduos de uma sociedade, é exemplar do sentido de hegemonia aqui referido.

Se a perspectiva da hegemonia está associada à ênfase do consenso, como avaliar uma eventual relação com uma ação pela qual se busca a hegemonia, ainda que em perspectiva aparentemente distante do referido predomínio do consenso, ou seja, como entender neste contexto a guerra? Assim, objetiva-se responder à seguinte questão: a ênfase no consenso presente especificamente no conceito gramsciano de hegemonia inviabiliza uma relação, um ponto em comum com a noção de guerra fortemente associada à coerção?

A hipótese sustentada é que a guerra está presente na hegemonia em seu sentido gramsciano. Na perspectiva gramsciana, toda ação política aspira à hegemonia, ainda que a consecução da mesma não tenha ocorrido. Assim, toda ação

política enseja a existência de uma hegemonia enquanto concepção de mundo, ainda que tal ação seja pautada por uma perspectiva associada fortemente à força, à coerção. A assim chamada “contra-hegemonia”,² a despeito de ser creditada a Antonio Gramsci, é noção estranha ao seu aparato teórico-prático. As assim chamadas ações contra-hegemônicas não passam, portanto, de ações aspirantes à hegemonia. Em sendo toda ação política aspirante à posição dirigente, também a guerra o é. Como justificar isto se aparentemente não há consenso na guerra? Se toda ação almeja a hegemonia, o que argumentar sobre aquelas ações nas quais predominam a força e a coerção? Como a hegemonia está relacionada a tais casos? O ponto que responde a tais indagações é um sustentáculo da hipótese em tela: sendo coerção, força, consenso e legitimidade inseparáveis na perspectiva de unidade dialética gramsciana, mesmo as ações políticas em que não predominam o consenso podem ser entendidas como formas incompletas de hegemonia.³ A depender do contexto histórico que se avalia, as guerras podem ser justamente este caso. Na obra carcerária gramsciana já se elencou uma forma incompleta de hegemonia - com predomínio da coerção estatal - como uma importante categoria para avaliar a diversidade histórica emergente depois da Revolução Francesa: a revolução passiva. Não é o objetivo do presente texto abordar tal categoria (GRAMSCI, 1975).⁴ Abordar a relação entre guerra e hegemonia, contudo, não leva tal discussão somente para o plano internacional e sim à relação deste com o nível endógeno dos Estados. Tal ponto enseja uma ressalva metodológica.

Do ponto de vista metodológico da própria obra gramsciana, a perspectiva do que o comunista sardo chamou de “tradução” ou traducibilidade ou ainda tradutibilidade e da unidade os entre os planos regional, nacional e internacional é central para o exame das categorias referidas e serve de referência para o desenvolvimento do argumento contemplado neste texto; ou seja, em termos da historicidade e particularidade das categorias, sua compreensão exata variará em cada contexto específico. Ainda na perspectiva metodológica, o texto contempla o entendimento de que há uma unidade orgânica entre a hegemonia plena e suas formas incompletas, ponto que inclui outras possibilidades históricas diversas de manifestação do fenômeno bélico. Completa a perspectiva metodológica o cuidado com o movimento interno

da elaboração de Gramsci em suas distintas datas de escrita de textos.

3 Guerra, hegemonia e jacobinismo

Não há dúvida de que a abordagem gramsciana de hegemonia esteja umbilicalmente ligada àquela da guerra em sentido mais amplo quanto possível. Se hegemonia no plano interno segue uma conexão lógica, mas não idêntica com sua congênere no plano internacional (GRAMSCI, 1975), também a guerra é vista nos dois níveis, interno e externo; até para conotar metaforicamente o sentido de política. Vejam-se as metáforas de guerra de posição e guerra de movimento significando respectivamente o assalto trincheira à trincheira por posições de direção da sociedade civil na luta pela hegemonia no âmbito dos assim chamados aparelhos privados de hegemonia - escolas, mídias, igrejas, associações, sindicatos etc. - até à conquista do aparato estatal e àquela do assalto frontal ao complexo estatal. Lembre-se, todavia, que tais categorias gramscianas remetem também a conflitos interestatais.

A guerra em Gramsci está associada com um conflito interestatal, mas também a uma metáfora da luta política no interior do Estado. Ambos remetem necessariamente à luta por hegemonia; e a hegemonia remete a um período que inaugurou uma sucessão de guerras como um ponto marcante de categorias essenciais do pensamento gramsciano; refere-se à Revolução Francesa como ponto de partida das guerras napoleônicas, bem como profunda transformação levada a cabo no interior da sociedade pela hegemonia jacobina. Conforme demonstrou Sabrina Areco (2013), o jacobinismo tornou-se uma referência para Gramsci em termos de uma transformação revolucionária e profunda em uma sociedade em contexto de hegemonia e sua respectiva tradução.

“Traduzir”, como recurso metodológico gramsciano (GRAMSCI, 1975), significa atualizar cultural, social e historicamente de modo não mecânico e repetitivo o jacobinismo; perspectiva que foi assim feita pela Revolução Bolchevique de 1917. Este é o marco aproximado da incorporação do jacobinismo ao aparato conceitual gramsciano como noção dotada de um registro positivo, bem visto. Tal categoria não era assim vista pelo comunista italiano. O jacobinismo acompanhou a formulação carcerária gramsciana como uma espécie de parâmetro para que um ente coletivo consubstanciado metaforicamente naquilo que ele

chamou de moderno príncipe construísse uma nova vontade coletiva e popular, consubstanciando-se em uma hegemonia calcada na educação e na reforma moral e intelectual das massas (GRAMSCI, 1975).

A hegemonia jacobina inaugurou o período das guerras napoleônicas; um parâmetro importante para a compreensão da categoria de direção de uma sociedade por uma classe. Não ao acaso, um general citado por Gramsci em seu opus carcerário (cujos escritos não teve acesso diretamente e sim por textos de generais e do filósofo napolitano Benedetto Croce) - Carl von Clausewitz (1780-1831) - escreveu um clássico sobre a guerra no qual tomou como marcante a mesma Revolução Francesa para a transformação histórica da guerra. O envolvimento de uma sociedade nas guerras sem precedentes, a fúria, a paixão dos combatentes franceses e o ímpeto e a busca de Napoleão por combates decisivos de um exército de proporções numéricas jamais concretizadas até então (CLAUSEWITZ, 1984) parecem convergir para o parâmetro da hegemonia jacobina considerada por Gramsci.

Neste sentido é que aparecem aspectos não normalmente contemplados em outros enfoques sobre o tema da hegemonia na formulação gramsciana. Compreender que há hegemonia na guerra, significa remeter, dentre outros pontos, a processos sociais no interior dos Estados que forjam essa mesma hegemonia. A manifestação da guerra não é garantia em si de uma conjuntura histórica de plena hegemonia. Só a particularidade histórica permite compreender se este é efetivamente o caso. Os elementos não sistemáticos deixados pela formulação carcerária e pré-carcerária de Gramsci parecem possibilitar compreender que a Revolução Francesa foi efetivamente um caso no qual a guerra se realizou em contexto de plena hegemonia de elementos significativos de uma concepção de mundo jacobina dirigente dentro de um Estado na busca por uma hegemonia no plano europeu.

Ao mesmo tempo, se a guerra como um todo é usada por Gramsci como metáfora da política, ainda que haja diferenças significativas entre ambas no sentido estrito e não figurado, ambas partilham a mesma lógica de consecução do poder e da direção de sociedade(s), a mesma busca pela hegemonia, ainda que a variação histórica da categoria mencionada (aliás, como qualquer outra na qual se inscreve o historicismo absoluto gramsciano) permita entendê-la em diferentes manifestações. Tal

com assinalou também metaforicamente Clausewitz, a guerra é um verdadeiro camaleão que se adéqua a cada caso. Por outras palavras, varia conforme a conjuntura histórica.

4 Conclusão

Ao longo do presente texto, esboçou-se uma relação entre a hegemonia e a guerra em chave gramsciana. Em resumo, tanto guerra quanto hegemonia como forma completa ou não tem seus pontos comuns, diferenças e características pautadas pelas diversas conjunturas históricas. Cabe aprofundar estes pontos no decorrer da presente pesquisa.

A despeito do aspecto diferenciador de uma hegemonia completa ser justamente o consenso, em uma guerra haverá sempre hegemonia completa ou não no contexto da inserção do exército no interior de uma sociedade. O choque entre opontentes na guerra marca a luta por hegemonia, completa ou não.

Ainda que tais conclusões possam parecer por demais óbvias, nunca é demais lembrar aquelas abordagens que estão num extremo ou em outro para caracterizar a categoria gramsciana de hegemonia sem se preocupar em tratá-la com maior rigor e que caem em dois reducionismos vulgares; seja por parte daqueles que vêem Gramsci como o campeão e profeta da democracia liberal no contexto da conquista de espaços gradativos no interior de uma sociedade civil no âmbito da hegemonia ou aqueles que analisam a hegemonia internacional na ótica gramsciana como a dominação econômica e militar de um Estado sobre outros.

Notas:

- (1) Como exemplo de tal abordagem, consulte-se Keohane (2002) e Nye (2002).
- (2) O provável uso pioneiro da formulação “contra-hegemonia” foi aquele de Williams (1977).
- (3) Ver a respeito em Bianchi (2008).
- (4) Sobre a categoria gramsciana de revolução passiva, consultar Morton (2007).

Referências

ARECO, S. M. Da história à política, da política à história: Revolução Francesa e Jacobinismo em Antonio Gramsci. Originalmente defendido como Relatório de Qualificação para Doutorado em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BIANCHI, A. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CLAUSEWITZ, C. On war. Princeton: Princeton University Press, 1984.

GRAMSCI, A. Quaderni del carcere. Torino: Einaudi, 1975.

KEOHANE, R. O. After hegemony: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 2002.

MORTON, A. D. Unraveling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy. London: Pluto Press, 2007.

NYE, J. S. The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WILLIAMS, Raymond. Marxism and literature. Oxford: Oxford University Press, 1977.

*** Professor da Unesp (campus de Marília), professor colaborador e pós-doutorando da Unicamp e bolsista de Pós-Doutorado Sênior do CNPq. A elaboração do texto teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2013/11701-0.**